



# Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões. **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni. **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

Atos da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 019/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÔMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Arno Strapasson, o imóvel dos lotes nºs 11 e 18, da Gleba nº 01 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Arno Strapasson, o imóvel constituído dos lotes nºs 11 e 18 da Gleba 01, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 020/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÔMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Francisca Alves dos Santos, o imóvel constituído do lote nº 25, da Gleba nº 16 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Francisca Alves dos Santos, o imóvel constituído do lote nº 25 da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 021/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÔMULA: Fica autorizado o Poder Executivo,

através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Vassílio Forekevitz e Vlademiro Forekevitz, o imóvel constituído do lote nº 11, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Vassílio Forekevitz e Vlademiro Forekevitz, o imóvel constituído do lote nº 11, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 022/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÔMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Srs. Luiz Grégio e Carlos Alberto Grégio, o imóvel constituído do lote nº 05, da Gleba 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar aos Srs. Luiz Grégio e Carlos Alberto Grégio, o imóvel constituído do lote nº 05 da Gleba 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 023/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÔMULA: Fica autorizado o Poder Executivo a alienar ao Sr. Mário César Neves, o imóvel denominado Lajeado ou Banhadinho, situado no Município de Sapopema, Comarca de

Curiúva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do art. 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo alienar ao Sr. Mário César Neves, o imóvel denominado Lajeadozinho ou Banhadinho, situado no Município de Sapopema, Comarca de Curiúva.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 024/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Valdemar Gralak o imóvel do lote nº 08, da Gleba nº 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Valdemar Gralak, o imóvel constituído do lote nº 08, da Gleba 04, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 112.7053 ha.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 025/94

DATA: 21 de novembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Olga Sass Forekevicz, o imóvel lote nº 05, da Gleba nº 15 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Olga Sass Forekevicz, o imóvel constituído do lote nº 05, da Gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 026/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo a alienar ao Sr. José Maria de Lima, o imóvel constituído do lote nº 30, da Gleba nº 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo alienar ao Sr. José Maria de Lima, o imóvel constituído do lote nº 30, da Gleba 16, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 027/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo alienar a Ovídio Afonso Vecchi, o imóvel constituído do lote nº 116, da Gleba nº 07, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo alienar a Ovídio Afonso Vecchi, o imóvel constituído do lote nº 116, da Gleba nº 07, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 028/94

DATA: 21 de novembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, alienar a Roberto Ritty, o imóvel que especifica, da Gleba Lambari, Distrito de Lambari, município de Sapopema.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná, alienar a Roberto Ritty, o imóvel constituído dos lotes nºs 31, 32A e 33, da Gleba Lambari, Distrito de Lambari, Município de Sapopema.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 029/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Senhor Aquilino Panichella o imóvel constituído do lote nº 146, da Gleba nº 2 da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Aquilino Panichella o imóvel constituído do lote nº 146, da Gleba 2, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 030/94

DATA: 21 de novembro de 1994.

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo,

através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Benedito Singulani, o imóvel denominado Barra Grande, bairro do mesmo nome, no Município de Sapopema.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar ao Sr. Benedito Singulani, o imóvel denominado Barra Grande, bairro do mesmo nome, no Município de Sapopema.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 031/94

DATA: 21 de novembro de 1994.

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar ao Sr. Arthur da Silva Leme Neto o lote nº 83, do Imóvel Cinco Encruzilhadas, Município de Pitanga, com área de 200,7380 ha.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar ao Sr. Arthur da Silva Leme Neto o lote nº 83, do Imóvel Cinco Encruzilhadas, Município de Pitanga, com área de 200,7380 ha.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 032/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar ao Sr. Claudio Conrado, o imóvel de lote nº 52, da Gleba 15 Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto Ambiental do Paraná-IAP, alienar ao Sr. Claudio Conrado, o imóvel de lote nº 52, da Gleba 15, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 033/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo alienar aos Srs. Miguel Batista, Nelson de Jesus Batista e Oswaldo Batista, o imóvel constituído do lote nº 44, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo alienar aos Srs. Miguel Batista, Nelson de Jesus Batista e Oswaldo Batista, o imóvel constituído do lote nº 44, da Gleba 02, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 034/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo alienar aos Srs. Angelo Nelvir Galdens e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 16, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo alienar aos Srs. Angelo Nelvir Galdens e Sebastião Conrado, o imóvel constituído do lote nº 16, da Gleba 16, Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 035/94

DATA: 21 de novembro de 1994

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo a alienar ao Sr. Vassilio Forekevich o imóvel constituído do lote nº 80, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 37,1916 ha.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar ao Sr. Vassilio Forekevich, o imóvel constituído do Lote nº 80, da Gleba 07, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, com área de 37,1916 ha.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 037/94

DATA: 22 de novembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a alienar a Augusto Rodrigues, o imóvel constituído do lote nº 37, do imóvel Campina de Freitas, situado no Município e Comarca de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a alienar a Augusto Rodrigues, o imóvel constituído do lote nº 37, do imóvel Campina de Freitas, situado no Município e Comarca de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 038/94**

DATA: 22 de novembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo através do I.A.P., alienar a Horácio Fernandes Júnior o imóvel denominado Barra Grande situado no Município de Sapopema.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo através do I.A.P., alienar a Horácio Fernandes Júnior o imóvel denominado Barra Grande situado no Município de Sapopema.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 039/94**

DATA: 22 de novembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo através do I.A.P., alienar a Albino Coltro, o lote nº 199, do imóvel Cinco Encruzilhadas, no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo através do I.A.P., alienar a Albino Coltro, o lote nº 199, do imóvel Cinco Encruzilhadas, no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

**RESOLUÇÃO Nº 040/94**

DATA: 23 de novembro de 1994.

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo alienar a Josafat Forquevicz, o imóvel situado na Colônia Boa Ventura no Município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual com-

binado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo alienar a Josafat Forquevicz, o imóvel situado na Colônia Boa Ventura no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 22.11.94

(a) ORLANDO PESSUTI  
Presidente

**4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 107.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO 1994**

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Costenaro Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, e Rossoni (34). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, Emilia Belinati, Ernani Pudell, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Nilton Servo, Ovídio Constantino e Toti Colaço (20).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Sr. 1º Secretário, Deputado Anibal Khury, vai proceder a chamada nominal dos Senho-

res Deputados.

(É feita a chamada nominal).

Vinte (20) Senhores Deputados responderam a chamada. Há quórum para a leitura da Ata e prosseguimento da sessão.

O Senhor 2º Secretário, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, fará a leitura da Ata da sessão anterior.

(É lida a Ata).

Em discussão a Ata que acaba de ser lida.

Em votação.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Proscede à leitura do seguinte.

#### EXPEDIENTE:

#### Mensagens:

MENSAGEM Nº 147/94

Curitiba, 23.11.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Piraguara, uma área de terreno com 25.364,04 m<sup>2</sup>, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 16.917, do Livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, com as metragens e confrontações que especifica.

A área em referência foi havida pelo Estado, em 1925, em caráter de permuta, e vem abrigando, há longos anos, um Cemitério, em funcionamento totalmente irregular, junto ao Hospital de Dermatologia Sanitária São Roque.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta aos superiores interesses da Administração, eis que visa a regularização do uso do mesmo, com a pretendida doação ao Município, atendendo, desta forma, disposições do Código de Postura Municipal de Piraguara, no sentido de que "os cemitérios do Município são públicos, competindo a sua fundação e administração, à municipalidade, sendo proibida a fundação de cemitérios particulares".

Além do exposto, a medida é conveniente ao Estado, porque desonera os cofres públicos em função da extinção dos gastos com pessoal e manutenção.

Cabe, ainda, ressaltar que no texto do anteprojeto constam dispositivos expressos no sentido de que a doatária deverá cum-

prir estritamente com as finalidades a que se destina o referido imóvel, sob pena de sua automática reversão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Município de Piraguara, o imóvel constituído pela área de terreno com 25.364,04 m<sup>2</sup>, situado no Município de Piraguara, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, conforme Transcrição nº 16.917, do Livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Curitiba, com as seguintes metragens e confrontações: partindo-se do ponto MC-1, com azimute 23º09'21" e distância de 110,75 m, confrontando com a Avenida Brasília, chega-se ao ponto 2; deste ponto com azimute 20º49'14" e distância de 9,80 m, confrontando ainda com a Avenida Brasília, chega-se ao ponto MC-3; deste ponto, com azimute 302º04'51" e distância de 215,85 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, chega-se ao ponto MC-4; desse ponto, com azimute 211º20'03" e distância de 107,10 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, chegando-se ao ponto MC-5; deste ponto, com azimute 125º00'00" e distância de 233,35 m, confrontando ainda com área remanescente do Estado do Paraná, chega-se ao ponto MC-11, ponto inicial desta descrição, fechando-se o perímetro da área.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei será utilizado pelo Município de Piraguara exclusivamente para manutenção e ampliação do cemitério lá instalado, não podendo aquele Município dar destinação diversa ao imóvel, sob pena de tornar sem efeito a presente doação, ficando ainda gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 148/94

Curitiba, 23.11.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a

honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Pinhão, em caráter de utilização gratuita, o imóvel sito à Travessa Pastor João Batista Rocha, s/n, esquina com a Rua 7 de Setembro, com área de 801,00 m<sup>2</sup>, contendo uma edificação em alvenaria, com 126,11 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado, conforme consta na Matrícula nº 7.968, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Guarapuava.

A medida legal ora submetida a essa Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que o referido imóvel vem sediando um Posto de Saúde Estadual e, tendo em vista a municipalização de tais serviços, pretende a administração daquela localidade utilizá-lo para a instalação de um Centro de Apoio à Gestante, transferindo o posto ali existente para outro local mais adequado.

A Secretaria de Estado da Saúde manifestou-se favoravelmente à questionada cessão de uso, por ser a forma que melhor atende tanto aos interesses do Estado, quanto aos do Município de Pinhão.

Vale, ainda, ressaltar que o anteprojeto de lei em epígrafe contém disposições no sentido de que o imóvel será utilizado exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que durará até 31.12.94, podendo ser prorrogada por mais 04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Município de Pinhão, o imóvel sito à Travessa Pastor João Batista Rocha, s/nº, esquina com a Rua 7 de setembro, com área de 801,00 m<sup>2</sup>, contendo uma edificação em alvenaria com 126,11 m<sup>2</sup>, parte de área maior com 1.711,00 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, conforme consta na Matrícula nº 7.968, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício da Comarca de Guarapuava.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta lei será utilizado exclusivamente para a implantação do Centro de Apoio à Gestante, tendo esta cessão duração até 31/12/94, podendo ser prorrogada por mais

04 (quatro) anos, mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizado para outras finalidades, nem transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquela municipalidade, responsável pela guarda, proteção e conservação do bem cedido, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### Ofícios:

OFÍCIO Nº 822/94-K

Curitiba, 23.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, objetivando o reajuste do vencimento básico mensal do cargo de Desembargador deste Tribunal de Justiça, encarecendo a V. Exa. a adoção das providências necessárias para a sua tramitação e aprovação.

Certo de contar com o seu valioso e indispensável apoio, reitero-lhe os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Respeitosamente,

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

#### JUSTIFICATIVA:

No período de 1º de junho de 1992 a 31 de maio de 1993, foram concedidos, em detrimento da magistratura estadual, sucessivos aumentos diferenciados de vencimentos para os servidores públicos estaduais, com infringência aos artigos 37, inciso X, da Constituição Federal e 27, inciso X, da Constituição Estadual.

Através do presente anteprojeto, pretende-se reajustar o atual vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, com extensão aos demais integrantes da magistratura paranaense, adotando-se o índice básico proposto para o funcionalismo público do Estado, nos termos do art. 2º da mensagem governamental nº 145, de 21.11.94, e parte da perda salarial aludida.

Despiciendo relembrar que os padrões de remuneração da magistratura do Estado situam-se entre os menos expressivos do País, fato incompatível com a grandeza econômica e política do Paraná, muito embora realizem os dignos magistrados paranaenses profícuo trabalho de incansável prestação jurisdicional, seguidamente reconhecido pela comunidade paranaense.

Curitiba, 23 de novembro de 1994

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA



Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos da magistratura paranaense.

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça fica reajustado, a partir de 1º de dezembro de 1994, no percentual de 17% (dezessete por cento).

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data prevista no artigo 1º.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

OFÍCIO Nº 827/94

Curitiba, 23.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à douta apreciação o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de função gratificada dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pessoal temporário, regidos pela C.L.T., a partir de 1º de dezembro de 1994, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Esclareço, outrossim, que os índices de reajuste ora propostos decorrem da própria política salarial adotada pelo Governo do Estado, consubstanciada na Mensagem nº 145/94, de 21 de novembro de 1994, outorgando índices diferenciados de correção salarial aos seus servidores através de ajustes nas tabelas de vencimentos.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa de Leis a necessária e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. a segurança do meu profundo

respeito.

(a) RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA  
Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências.

Art. 1º - Os valores dos níveis de vencimentos dos cargos efetivos dos servidores ativos e inativos, serventuários e servidores temporários regidos pela C.L.T., do Poder Judiciário, ficam reajustados no percentual de 17% (dezessete por cento) a partir de 1º de dezembro de 1994, na forma das tabelas que constituem o Anexo I da presente Lei.

Art. 2º - Ficam também reajustados a partir de 1º de dezembro de 1994, no percentual de 17% (dezessete por cento), os valores das Gratificações de Produtividade.

Art. 3º - Os valores dos vencimentos relativos aos Cargos em Comissão e funções gratificadas ficam reajustados na forma das tabelas que constituem o Anexo II da presente Lei, a partir de 1º de dezembro de 1994.

Parágrafo Único - Ficam também reajustados no mesmo percentual as Gratificações de Representação de Gabinete dos cargos de provimento em comissão, bem como os valores das gratificações previstas pelo Decreto Governamental nº 4.905, de 12 de março de 1982 e Decreto Judiciário nº 229, de 15 de abril de 1994.

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 0,96 (noventa e seis centavos de real) a partir de 1º de dezembro de 1994.

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**ANEXO I**

**TABELA I**

**CARGOS EFETIVOS**

NÍVEL	R\$
1	241,29
2	219,35
3	199,40
4	191,74
5	174,31
6	162,90
7	157,91
8	110,40
9	101,10
10	91,79
11	82,49
12	73,18

**TABELA II**  
**ASSESSORES JURÍDICOS**  
**CARGOS EFETIVOS**

CLASSE	R\$
I	318,20
II	299,34
III	280,00

**TABELA III**  
**SERVENTIA DA JUSTIÇA (Lei nº 10.237/92)**

NÍVEL	R\$
1	331,20
2	311,34
3	291,45
4	271,59
5	251,73
6	243,29
7	226,40
8	164,65
9	149,21
10	133,78
11	101,91
12	95,79
13	89,68

**TABELA IV**  
**TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO**  
**TABELA DO PESSOAL C. L. T. TEMPORÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

NÍVEL	R\$
1	327,18
2	297,43
3	270,36
4	245,78
5	223,43
6	186,21
7	155,18
8	132,32
9	115,06
10	100,05
11	95,28
12	90,75

**TABELA V**  
**TABELA DO QUADRO TRANSITÓRIO**  
**TABELA DO PESSOAL C. L. T. TEMPORÁRIO**  
**TRIBUNAL DE ALÇADA**

NÍVEL	R\$
1	245,55
2	233,85
3	222,72
4	212,11
5	202,02
6	194,20
7	182,20
8	169,81
9	165,60
10	150,54
11	136,87

## ANTEPROJETO DE LEI

## ANEXO II

TABELA I

## CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SÍMBOLO	R\$
DAS-1	412,32
DAS-2	363,91
DAS-3	339,16
DAS-4	290,01
DAS-5	262,24

TABELA II

## CARGOS EM COMISSÃO

SÍMBOLO	R\$
1-C	171,17
2-C	158,08
3-C	145,93
4-C	134,79
5-C	126,70
6-C	119,10

TABELA III

## FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	R\$
1-F	10,39
2-F	8,82
3-F	7,78
4-F	6,23
5-F	5,70

OFÍCIO Nº 2.125/94

Curitiba, 25.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, ANTEPROJETO DE LEI, que reajustam os vencimentos básicos mensais dos cargos de Conselheiros, Procurador Geral, Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em dezembro de 1994.

Reitero a V. Exa. a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Cordialmente,

(a) NESTOR BAPTISTA

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.491,90 (hum mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.491,90 (hum mil, quatrocentos e noventa e um reais e noventa centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.417,31 (hum mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e um centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir

de 1º de dezembro de 1994, em R\$ 1.417,31 (hum mil, quatrocentos e dezessete reais e trinta e um centavos).

Art. 2º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, mantidas as demais disposições da Lei nº 10.092, de 05 de outubro de 1992.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

#### Indicações:

#### I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente Indica membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito de acordo com o disposto no artigo 36, do Regimento Interno, com a finalidade apurar os fatos de irregularidades administrativas na compra de dois helicópteros, no período do Governo Roberto Requião.

#### Composição

##### Titulares

CAÍTO QUINTANA

SEVERINO FÉLIX

##### Suplentes

ARLINDO TROIAN

CLEITON KIELSE

Sala das Sessões, em 28.11.94.

(a) RENATO ADUR

Líder do PMDB

#### I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no Regimento Interno, e após ouvido o Plenário, respeitosamente Indica membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito de acordo com o disposto no artigo 36, do Regimento Interno, com a finalidade apurar os fatos de irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do Governo Roberto Requião.

#### Composição

##### Titulares

DURVAL AMARAL

CLEITON KIELSE

##### Suplentes

TOTI COLAÇO

DOMINGOS CARVALHO

Sala das Sessões, em 28.11.94.

(a) RENATO ADUR  
Líder do PMDB

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 272/94, oriundo da Mensagem nº 077/94, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Ministério Público, o imóvel situado nesta Capital, no bairro Mercês, de propriedade do atual Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Sala das Sessões, em 28.11.94.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO Nº 2589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão de pauta da presente sessão para discussão e votação.

Sala das Sessões, em 28.11.94.

(a) JOÃO IENSEN

#### Projeto de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 403/94

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Encantado do Oeste, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com as seguintes divisas:

"Tem como ponto inicial a foz do Rio Encantado no Rio Piquiri. Deste ponto sobe pelo Rio Encantado até a foz do Rio Barreiro, sobe por este até encontrar a linha de divisa das Colônias Pindorama e Peruibé, segue por esta divisa até a divisa dos lotes 254 e 255 no ponto onde alcança o Rio Descoberto, sobe por este até a foz da Sanga das Cobras, sobe por esta linha até a linha de divisa dos lotes 99 e 100, segue por esta divisa até a linha de divisa da Fazenda Britânia, por esta linha de divisa segue rumo norte até encontrar o Córrego Arapuçu, desce por este até sua foz no Rio do Peixe, desce por este até sua foz no Rio São Pedro, desce por este até encontrar a linha de divisa da Fazenda Britânia, segue por esta linha de divisa até encontrar a nascente da Sanga Ariranhá, desce por esta até sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Encantado, Ponto Inicial e Final."

MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ENCANTADO DO OESTE:

"Tem como ponto inicial e final o Ramal Arapongas na divisa da chácara 330. Do ponto inicial segue pela divisa das chácaras 330 e 184, até o Ramal Arara, segue por este até a divisa das chácaras 356 e 108, segue por esta divisa e depois pela divisa das chácaras 355, 354, 353, 352, 351, 350, 349 e 348, até o Ramal Arapongas, segue por este até a divisa da chácara 330, Ponto Inicial e Final."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.94.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

Em toda a História, a evolução e o desenvolvimento constituem a finalidade primordial da existência humana, e com o intuito único e exclusivo de crescimento, acreditamos na força do trabalho como fonte geradora do progresso, o Distrito Administrativo de Encantado do Oeste que conta com uma infra-estrutura capaz de atender as necessidades básicas da população, sente-se no direito legal de constituir-se em município.

Com uma economia baseada essencialmente no setor agrícola, conta também com substancial apoio na área agropecuária e no comércio.

Atendendo todos os requisitos solicitados pela lei, para transformar-se em município, a população distrital não vê, pois razão alguma para continuarem pertencendo ao Município de Assis Chateaubriand, no momento em que tanto se fala em descentralizar, cada vez mais, a administração pública.

Todos os segmentos sociais e econômicos do Distrito estão amplamente empenhados na concretização desse ideal e portanto, somos estimulados a admitir dentro da nossa filosofia e entendimento democrático, de que todo o poder emana do povo e cuja soberana vontade e opção não podemos desrespeitar nem menosprezar.

A essa Egrégia Assembléia, que tão sabiamente tem decidido os destinos do Paraná, apresentamos o presente projeto de lei, o qual acreditamos, receberá o apoio unânime e posterior aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento, sempre voltados aos altos interesses do engrandecimento do Estado.

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/94  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Os dispositivos do Art. 56, "caput", e seus parágrafos 2º e 3º, do Ato

das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, combinado com o Art. 33, "caput" e parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Paraná e Art. 39, "caput" e parágrafo 1º, da Constituição Federal, serão aplicados aos servidores do Poder Legislativo na forma desta Resolução.

Art. 2º - A adequação das tabelas de vencimentos dos ocupantes dos cargos de Consultor Legislativo "A" e "B" e de Advogado da Assembléia Legislativa do Paraná aos dispositivos mencionados no artigo anterior será procedida em quatro parcelas distintas, a saber:

I - Primeira parcela, com percentual de 25% (vinte e cinco por cento), retroativa a 1º de setembro de 1994;

II - Segunda parcela, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento), retroativa a 1º de outubro de 1994;

III - Terceira parcela, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento), a ser paga no mês de novembro de 1994;

IV - Quarta e última parcela, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento), a ser paga no mês de dezembro de 1994.

Parágrafo Único - Na conformidade com o Art. 125, parágrafo 2º, III, da Constituição do Estado do Paraná, ao proceder a adequação de que trata o "caput" deste artigo, a Assembléia Legislativa observará a correlação entre as respectivas classes e entrâncias, a partir da inicial de cada uma delas.

Art. 3º - Implementado o disposto nos artigos anteriores, passam a vigorar para as classes tratadas nesta Resolução os mesmos vencimentos e vantagens inerentes ao cargo de Procurador da Assembléia Legislativa do Paraná, ressalvadas aquelas de caráter individual.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.94

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

#### I. CONSTITUCIONALIDADE

"Art. 56 - o assessoramento jurídico nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e a representação judicial das autarquias e fundações públicas serão prestados pelos atuais ocupantes de cargos e empregos públicos de advogados, assessores e assistentes jurídicos estáveis que, nos respectivos Poderes, integrarão carreiras especiais.

§ 1º - ...

§ 2º - As carreiras de que trata este artigo serão criadas e organizadas em classes por lei de iniciativa dos chefes dos respectivos Poderes, no prazo de noventa dias da promulgação desta Constituição.

§ 3º - Aos integrantes dessas carreiras aplica-se no que couber o disposto no art. 125, §§ 2º e 3º, desta Constituição." (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná)

"Art. 33 - O Estado e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - ...

§ 2º - A lei assegurará aos servidores da administração direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre os de servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho." (Constituição do Estado do Paraná)

## II. MÉRITO

O presente projeto tem por escopo corrigir as desigualdades existentes entre os servidores do Poder Legislativo e os de outros Poderes, no que concerne ao disposto no artigo 56 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, e tendo em vista, ainda, o despacho exarado pelo Sr. Governador do Estado sob o nº 1915590/94, publicado no Diário Oficial do Estado de nº 4352, de 22 de setembro de 1994, determinando o cumprimento do referido preceito constitucional, no âmbito do Poder Executivo, em atendimento ao Acórdão 1931-OE, constante dos Autos de Mandado de Segurança nº 29011-5, do Tribunal de Justiça.

Atualmente, a Assembleia Legislativa é o único dos Poderes do Estado do Paraná que ainda não aplicou os dispositivos do Art. 33, § 2º, da Constituição Estadual, decorrentes do Art. 39, § 1º, da Constituição Federal, aos seus servidores.

Não há dúvida de que, o retardamento injustificado da aplicação desses dispositivos constitucionais sujeita este Poder à Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.

Há que se prever o efeito danoso de tal ato para os cofres públicos, considerando que a obrigação de aplicação dos preceitos em tela deveria ter sido cumprida num prazo de 90 (noventa) dias a contar

da data de promulgação da Constituição do Paraná, realizada em 05.10.1989.

Não descuidamos, ao elaborar o projeto, do impacto que tal adequação poderia causar ao orçamento do Poder Legislativo, razão por que previmos a sua realização em quatro parcelas e com efeitos retroativos somente a partir da data em que o próprio Sr. Governador do Estado determinou sua aplicação aos servidores do Poder Executivo nas carreiras mencionadas em tais disposições constitucionais.

São as razões para o Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão logo os servidores públicos tiveram conhecimento da Mensagem encaminhada por S.Exa. o Governador Mário Pereira, pudemos observar a movimentação de vários segmentos da categoria, insatisfeitos com relação aos índices apresentados nesta Mensagem. Ainda na semana passada, acompanhei um grupo de policiais civis até o Palácio Iguaçu onde mantivemos contato com o Secretário da Casa Civil, no sentido de que ele verificasse e ouvisse dos próprios policiais civis a insatisfação pelo fato de que a categoria teria um índice de apenas 7%.

Recebi do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado do Paraná, do SINCLAPOL, o seguinte Ofício (Lê):

"Ofício nº 55/94

Curitiba, 21 de novembro de 1994.  
Senhor Governador.

Através do Ofício nº 145/94 de 21 de novembro do corrente ano, V.Exa. remete à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado Anteprojeto de Lei que objetiva reajustar, a partir de 1º de dezembro vindouro, na forma das tabelas, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares.

Assim sendo, no que diz respeito a Polícia Civil do Estado, os delegados de polícia, de acordo com o limitador de que trata o artigo 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, poderão perceber até 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico pago aos servidores do Quadro Geral do Estado, no caso a remuneração de Secretário de Estado.

Em relação aos Peritos Oficiais, nomenclatura que inclui médicos legistas, peritos criminais, químicos legais e toxicologistas, o índice a ser aplicado é de 42% (quarenta e dois por cento), conforme se infere na tabela em anexo, constante na

referida mensagem.

Entretanto, para os policiais civis de nível médio, no caso escrivães de polícia, investigadores de polícia, datiloscopistas, técnicos em telecomunicações, técnicos em manutenção, operadores, identificadores datiloscópicos, auxiliares de manutenção, auxiliares de necrópsia, peritos policiais e comissários, foi concedido o índice de apenas 7% (sete por cento), conforme também evidencia a tabela em apenso.

Alegou a Secretaria de Estado da Administração que as carreiras de nível médio da Polícia Civil, recentemente receberam 42% (quarenta e dois por cento) de aumento, o que não ocorreu em relação aos Peritos Oficiais, se esquecendo que esses, anteriormente, ganharam reajuste de 105% (cento e cinco por cento) superior ao concedido aos que agora ganharam apenas 7% (sete por cento), situação que inclusive está "sub judice", pois descontentou a categoria.

Assim sendo, não procede a concessão de aumento diferenciado aos Peritos Oficiais, mediante a alegação de que os profissionais de nível médio da Polícia Civil já tinham ganho 42% (quarenta e dois por cento) de aumento, pois ainda subsiste uma diferença de 63% (sessenta e três por cento) entre os níveis superior e médio da Instituição. Aliás, o efetivo de nível médio não ultrapassa 1500 servidores.

Ademais, no decorrer das administrações passadas, dirigidas por Álvaro Dias e Roberto Requião, os servidores do Quadro Geral, sucessivamente perceberam aumentos superiores aos concedidos para os policiais civis de nível médio, o que causou séria defasagem salarial para esses profissionais, conforme evidenciam as próprias tabelas apensadas na mensagem.

Em decorrência dos aumentos diferenciados anteriormente citados, policiais civis de nível médio, com cursos de formação realizados na Academia de Polícia Civil, ganham menos do que várias categorias do Quadro Geral, muito embora cumpram rigorosas escalas de trabalho, diurnas e noturnas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, com risco de vida.

Não se tem observado, no que diz respeito a Secretaria da Administração, que os policiais civis de base (segundo grau), cumprem importante papel constitucional, explícito na Carta Magna do País, o que inócorre em relação a outros profissionais.

Ao contrário da Polícia Militar, os policiais civis não tem fardamento, alojamento no interior do Estado ou transporte gratuito, tendo que arcar com todas as despesas que seus parcos salários não permitem, pois nem ao menos são competitivos com as remunerações auferidas por vigilan-

tes privados, vigias e outros profissionais pouco qualificados.

Atualmente, não considerando os 7% (sete por cento) concedidos aos policiais civis de nível médio, com todas as vantagens já incluídas, à título de exemplo um Escrivão de Polícia de 4.<sup>a</sup> Classe percebe R\$ 309,31; um Datiloscopista, R\$ 228,99; e um Identificador Datiloscópico R\$ 185,69; um Investigador apenas R\$ 309,31.

Quanto aos salários básicos de um Escrivão de Polícia de 4.<sup>a</sup> Classe, do Datiloscopista e do Identificador, são de apenas R\$ 148,47; R\$ 109,81 e R\$ 89,13, o que se há de convir, são injustos e incondizentes com a realidade, razão pela qual devem ser revistos.

Dada a forte comoção e indignação que por certo atingirá os profissionais de nível médio da Polícia Civil, apelamos a V.Exa. no sentido de que o índice de reajuste atribuído aos Peritos Oficiais, de 42% (quarenta e dois por cento), seja também estendido aqueles que este Sindicato representa, que entende que os 7% (sete por cento), já aventados decorrem de falhas técnicas, inclusive de análise, por parte daqueles que elaboraram as planilhas.

Desta forma procedendo V.Exa. estará corrigindo a situação dos policiais civis de nível médio, que há quase oito anos estão sendo injustiçados quanto a concessão de reajustes salariais, sejam eles a nível interno da Instituição, ou mesmo em relação ao Quadro Geral de Servidores, pelo que será merecedor da gratidão desses importantes profissionais que inestimáveis serviços prestam à sociedade paranaense, com risco de vida e de saúde, considerando as peculiaridades da missão desenvolvida.

Respeitosas saudações.

(a) VITENBERG GOMES MENDES  
Presidente"

Este é o Ofício encaminhado a este Parlamentar - encaminhado originalmente ao Governador do Estado do Paraná no sentido de rever esses índices salariais. Sabemos que, talvez, a situação do tesouro do Estado não seja das melhores. Porém, há que se fazer um reestudo, uma readequação desta mensagem. Porque não é possível que um policial civil, aquele que vai na frente, aquele que vai enfrentando o bandido, o marginal, se submeta a trabalhar num período diuturno para ganhar um salário de R\$ 148,00, de R\$ 109,00 - salários baixíssimos que na verdade não lhes dá a mínima condição para sair de casa com a cabeça tranqüila para poder desempenhar da melhor maneira possível esta função.

É por isso que tenho certeza que outros Parlamentares também, da mesma forma também receberam o apelo de outras catego-

rias dos servidores públicos do Estado. É necessário que seja feita uma revisão, caso contrário poderemos até enfrentar nos próximos dias algumas manifestações, que não seriam boas nesse período de final de Governo e início de próximo Governo.

Sabemos que o Governador Jaime Lerner vai assumir uma herança nada boa do Governo e especialmente na área do servidor público. A defasagem salarial é das mais violentas e vai exigir do futuro Governador muitos estudos, muitas formas para adequar o servidor público do Estado, pelo menos comparando com o servidor público municipal que se não ganha também um grande salário, pelo menos ganha melhor do que ganha o servidor do Estado.

Por isso, Senhor Presidente, sabemos que esta Mensagem está na Casa, vai receber muitas emendas. Nós mesmos já preparamos emendas para atender a Polícia Civil e também para atender a própria Polícia Militar.

Por isso ainda é tempo do Governo do Estado, da Secretaria da Administração fazer um reestudo em relação a esta Mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebi hoje, já na TV Independência, a primeira carta - sem o meu programa estar no ar, é claro. Interessante a carta. Só no dia 10 que estou no ar.

Diz o seguinte (Lê):

"Caro Alborghetti.

Venho à presença do ilustre Deputado e apresentador de televisão para solicitar a sua colaboração em razão de não termos nenhum representante eleito no litoral do Paraná. Fico triste, caro Alborghetti, em ver o Balneário Praia de Leste em completo abandono. Em qualquer reivindicação que se faça não somos atendidos porque ironicamente o Presidente da Câmara de Vereadores acha que os Deputados mais votados no litoral é que tem a obrigação de fazer alguma coisa pelo Balneário. Tomo a liberdade de juntar a matéria do jornal "A Tribuna do Litoral" para que V.Exa. saiba a veracidade dos fatos.

Atenciosamente,  
Sr. Célio Alves"

Consta o endereço aqui, tudo direitinho para quem quiser ver.

Diz o seguinte aqui (Lê):

**"CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES  
DAS PRAIAS DE PARANAGUÁ**

Circular nº 02/94

Paranaguá, 11 de novembro de 1994.

Os representantes das associações que constituem o Conselho das Associações das Praias de Paranaguá, comerciantes e moradores dos balneários compareceram no dia 28/10 do corrente ano na sede da Empre-praias - Pontal do Sul onde se realizou a última sessão ordinária mensal da Câmara Municipal de Paranaguá, conforme regimento interno da mesma.

A sessão teve início às 19:00h. Após aproximadamente 10 minutos, esgotados os assuntos, o Senhor Vereador Mário Lobo Filho requereu ao Senhor Presidente Roque, face ao grande número de pessoas no plenário, que os mesmos fossem ouvidos por intermédio de seus representantes. Atendendo tal solicitação o Senhor Presidente encerrou a sessão e que a participação dos presentes fosse simplesmente em caráter informal.

Os representantes das associações relataram, aí começou a Sessão. Deputado Colombino, eu gosto dessas coisas. Estou escrevendo um livro e vou lançar o livro contando a minha carreira de apresentador de televisão e as coisas que aprendi aqui, as coisas que vejo no dia-a-dia na política do meu Estado, realmente é brincadeira!

Os representantes das Associações levantaram e contaram o estado de calamidade etc... Está aqui, vou resumir: o abandono em que se encontram os balneários no que se refere a Saúde, Segurança e Urbanismo... O Senhor Presidente interrompeu as reivindicações e informou ao Plenário que a Prefeitura não tinha condições técnico-financeiras para atender as necessidades básicas dos balneários devido ao grande crescimento da população física e edificações.

Informou em bom tom que as reivindicações deveriam ser dirigidas aos Deputados e ironizando disse: "- Agora preciso resolver o problema das praias, vocês corram no Gabinete do Alborghetti, no Gabinete do Algaci Túlio e no Gabinete do Anibal Khury, porque eles fizeram maior votação no litoral do Paraná! Eles é que vão resolver."

Nós é que vamos resolver! Eu é que vou pegar o mar, tirar dali, botar um pouquinho mais para cá, vou levar o mar para lá. A enchente que aconteceu em Matinhos, vou lá - eu, o Algaci e o Anibal vamos lá - levamos umas carriolinhas de pedra, vamos lá sentar, trabalhar, pegar o pessoal do Gabinete vamos lá resolver tudo! Com este salário que ganhamos aqui, vamos resolver o problema do litoral imediatamente. É tudo fácil!

Aí todo mundo aplaudiu, e disse o Presidente: "- Uma nova temporada se aproxima e o povo continua só e abandonado, os problemas continuam os mesmos!"

Mas que barbaridade! "- Os problemas



continuam os mesmos e a nossa Administração inerte é passiva como agravante..." E vai uma cascata toda aqui.

Muito bem, o homem que é Prefeito de Paranaguá, ele ficou os 4 anos lá recebendo o Requião com aqueles camarões que só tem lá, que batem com o rabo na cara da gente, exclusivo, uns camarões gigantes. Agora, quem tem que resolver o problema do litoral é o Prefeito de Paranaguá! Ele é que tem que ser competente, ter vergonha na cara e vir aqui, no Palácio do Senhor Governador e dizer: "- Olha, o litoral está abandonado, preciso de recursos, elaboro um Projeto."

Não precisa pagar Deputado aqui para falar com o Governador, vai lá direto! Será que o cara é burro? É só chegar lá entrar e falar: "- Senhor Governador, sou Prefeito de Paranaguá, estou aqui com os Vereadores, eu quero falar."

Não precisa pegar Deputado aqui para marcar audiência. O Governador está lá para atender todo mundo!

Agora, pombas, o cara diz que eu, o Algaci e o Anibal que temos que resolver o problema do litoral do Paraná, como se eu fosse o Prefeito de Paranaguá! Como se eu fosse o Prefeito de Paranaguá! O cara pensa que sou idiota? É brincadeira!

Em vez de estar comendo camarão, bebendo "scotch", pescando na Ilha do Mel, vai buscar soluções! O Governador Jaime Lerner não foi para os Estados Unidos, não está no Banco de Desenvolvimento, procurando soluções? Por quê? Porque ele fez uma plataforma de Governo e disse - na minha cara - que quer colocar a sua plataforma de Governo em prática no Estado do Paraná.

Então por que é que este cidadão não vai lá, pendura uma melancia no pescoço - só falta fazer isso - vai lá e procura solução! É só chegar lá com uma plataforma de Governo e procurar solução. O Prefeito de Matinhos resolveu fazer um calçadão em vez de resolver o problema do calçadão que está destruído. Você chega a Matinhos o mar invadiu, porque defendo o litoral do Paraná, em vez dos turistas irem para Santa Catarina levar divisas para lá, temos que gastar as nossas divisas é aqui.

Temos - ainda falei com o Governador Jaime Lerner - é que colocar um Secretário de Turismo, porque não adianta você ter o cargo de Secretário de Turismo, lá sentar, ter apenas o cargo, e no orçamento não constar nada para você gastar no litoral do Paraná. Não adianta "sou Secretário do Turismo do Paraná", e só almoço, janta, festa, e baile. É muito bonito isso, se não tiver um orçamento na mão, bom, vou fazer isso, aquilo...

Porque é que Santa Catarina faz? Porque não podemos fazer aqui? Porque o Governador João Elísio fez aquela Av. Atlân-

tica coisa mais linda, naquele contorno? Porque não continuaram outro contorno? Agora, você acha que eu, o Algaci, o Anibal, vamos resolver o problema? Não temos condições. Quem tem que resolver é o Prefeito de Matinhos, é o Prefeito de Guaratuba, é o Prefeito de Paranaguá. Eles é que têm que procurar soluções, ir ao Palácio, buscar verbas, dinheiro. Não adianta você enfeitar a cidade, você tem é que arrumar - por exemplo, o mar, Deputado Mário, invadiu, destruiu totalmente o calçadão de Matinhos. Não é onde vai a alta sociedade, não. Aqueles caras que usam tênis, meia soquete, que ficam lá andando o dia inteiro; não é nada disso, estou falando da praia do povão, que pega o ônibus lá no interior do Paraná e não conhece o mar e vem para cá, desce, toma um banho num chuveirinho ali, com um franguinho assado, com uma farofa, vai lá para o mar, dá um mergulho e volta.

Estou falando do povão. Rico tem apartamento, tem mansão, tem de tudo vai para o mar a hora que quer, se não quiser tem piscina no fundo de casa. Mas lá não, estou falando que o mar derrubou logo a praia dos pobres, daqueles que vêm lá de Cianorte, talvez num ônibus para conhecer, de Arapongas, lá de Ivaiporã, lá da região de União da Vitória, vem de lá com ônibus. Vem aqui conhecer o nosso litoral, chega lá não tem mar, não tem calçada nem para andar.

E depois, dizem, vai, resolver, vamos ver o que vamos fazer, o que não vamos fazer, que está tudo bem, que está tudo sob controle. Mentira, isso é cascata, é balela, é cascata. Não entendo, foram lá, fizeram uma reunião e disseram, o negócio é o seguinte: "- O Prefeito não tem dinheiro, a Câmara também não tem. Nem a Câmara dos Vereadores tem condições, nem os Deputados."

O que podemos fazer aqui é gritar, é não calar a nossa voz, é servir aqui como um grito de alerta ao que acontece, aos descabimentos que acontecem, não só no litoral do Paraná, nas em todo o Estado do Paraná.

Li o Orçamento Deputado Colombino, li de traz para frente, de frente para traz, tudo que eu pedi há oito anos atrás ainda está ali dentro para fazer. Então para que emendar, vamos emendar para o ano 2.000. Até lá já fui embora, já estou lá deitado, enterrado, acabou, e as minhas idéias, os meus pedidos vão estar dentro do Orçamento. Quer dizer, fica aqui o meu protesto registrado. Não tenho culpa se o Deputado Algaci foi bem votado, se o Deputado Anibal, Deputado Alborghetti, receberam uma expressiva votação no litoral do Paraná, ao lado do meu companheiro, meu irmão que eu gostaria de vê-lo aqui, o Deputado Fre-

gonese - eu o considero um Parnanguara legítimo, e que espero que o Governador Jaime Lerner o aproveite na sua administração, porque esse é um defensor do litoral do Paraná, o Deputado Lourenço Fregonese.

Só para encerrar, quero deixar registrado, não temos culpa nenhuma se a praia de Leste está abandonada, se Pontal do Sul está abandonada, se o litoral está abandonado.

Isto não é obrigação do Deputado. Isso é obrigação do Governo do Estado do Paraná, isso é obrigação dos senhores prefeitos municipais e, ainda mais, temos um orçamento fortíssimo, fortíssimo, com dinheiro, não com balela, com engodo, com enganação. Não é só em época política para pegar o voto. Quem faz isso é vagabundo, não tem vergonha na cara. Não adianta emendar. É só para pegar o voto. Temos que emendar é para gerar turismo decente, com vergonha na cara para a família brasileira do Estado do Paraná.

Por isso, temos que ter um orçamento forte também para o litoral do Paraná. Forte! Forte! Forte! Não em época de eleição só para enganar o povo, para aparecer na televisão e dizer: "olha, eu coloquei, emendei o orçamento para conseguir tantos milhões para arrumar o pedacinho da calçada lá para vocês tomarem um banho de sol e um banho de mar". Mentira, isso é balela, isso é cascata. Isso é estelionato político de cabra que não tem vergonha na cara e que usa isso só para pegar votos.

Estamos aqui e não vamos calar a voz. Nesses quatro anos vamos falar a realidade. É obrigação do governo injetar, injetar, injetar forte no turismo do Estado do Paraná! Se São Paulo faz, se o Rio faz, se Santa Catarina faz, está na hora de crescermos, crescermos e injetarmos no turismo do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Anibal Khury.

O SR. ANIBAL KHURY - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Com a responsabilidade de representar o povo do Paraná há quarenta anos - reeleito para um novo mandato pela vontade de quase 37 mil cidadãos - e, sobretudo, com a credencial de ter sustentado e defendido com firmeza e sucesso a nossa sagrada unidade territorial - quando ameaçada por interesses divisionistas mesquinhos - com essa responsabilidade de homem público é que venho à tribuna para encaminhar à aprovação do projeto de resolução que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Da mesma forma que tenho responsabili-

dade para minha região natal de União da Vitória e, como sustentei os interesses do Paraná contra os separatistas, contraí também um solene compromisso com as populações marginalizadas e esquecidas do Vale do Ribeira Paranaense. Nas urnas de 3 de outubro elas me conferiram, pelo voto de mais de 9 mil eleitores, o mandato para representá-las e sustentar seus interesses perante a administração pública e de compor soluções que vissem resgatá-las da letargia secular a que foram relegadas.

Porque desde o período formativo de nossa História, quando os primeiros desbravadores passaram pelo Caminho do Apiaí, aquelas serrarias vêm sonhando com o progresso e a integração.

Depois, na fase da imigração, uma colônia de imigrantes foi assentada no Alto Ribeira - a colônia Assungui, de 1860 - origem da atual Cidade de Cerro Azul. Ali os políticos do Império já prometiam estradas que as ligassem à Capital em Curitiba; apoio para o cultivo de produtos hortigranjeiros e cereais; e créditos para a formação de lavouras.

As dificuldades do acesso por área acidentada, o solo ingrato à faina agrícola tradicional, o clima, tudo conspirou para o fracasso dos planos traçados pelos governos de então.

O que não se justifica é que as populações do Vale do Ribeira tenham permanecido ao abandono, desde essa época até nossos dias.

Foi por isso também, que os moradores de Municípios - como Adrianópolis, Cerro Azul, Dr. Ulisses e outros - prontamente acolheram a candidatura de Jaime Lerner, conferindo-lhe a mais consagrada vitória entre todas as regiões do Paraná. Eles vislumbraram, na ousadia dos planos de nosso candidato, a redenção que esperam há séculos.

É nessa expectativa que situamos a construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto, sobre o Rio Ribeira, entre os Municípios de Adrianópolis e Cerro Azul. Será um pequeno aproveitamento relativamente ao tamanho da região e ao potencial daquela bacia hídrica, mas que poderá operar como um ponto de partida.

Os mais de 200 milhões de dólares programados para a obra vão servir de catalizador para a atração de mais empreendimentos, mais recursos, mais esperança.

Atrás da usina virão a pavimentação por asfalto nas estradas de Rio Branco a Cerro Azul - PR-092 - e da Ribeira - BR-476 - trazendo o turismo ecológico tão apto àquela região de encostas verdejantes. Virão os investidores nas pousadas das fontes de água natural de Doutor Ulisses; os parques de recreio nas grutas que existem na região.

Virão empreendimentos econômicos, como a projetada indústria de celulose para aproveitar os milhares de hectares de "pinus" das florestas cultivadas de Tunas do Paraná; uma usina para pasteurizar o leite produzido em Adrianópolis; uma fábrica de sucos para aproveitar as laranjas de Cerro Azul.

Poderemos atrair turistas para o lazer que rende, na bela paisagem de Cerro Azul, com seu casario típico, como fazem os moradores de Morretes. Poderemos apoiar os produtores de mel, que implantaram na região um laboratório para multiplicação de abelhas rainhas, porque ali não há poluição por agrotóxicos e a florada nativa é constante.

Como poderemos apoiar a criação de peixes como as trutas, em pequenos lagos pelas montanhas, dando mais uma fonte de renda para o sustento das famílias.

Por que - senhores - é hora de encarmos a realidade: ou criarmos alternativas viáveis na região, ou o Vale do Ribeira continuará a ser despovoado, a ser devastado, a ser marginalizado.

E para onde emigram os milhares de jovens, de trabalhadores, de famílias, que a cada ano desanimam e abandonam a região?

Vêm se amontoar nos verdadeiros cortiços humanos da periferia da capital. Ali disputam um barraco instalado nos fundos de vale, comprometendo a qualidade das águas da bacia de captação de Curitiba.

Vêm se aglomerar em loteamentos clandestinos, onde a condição de vida é precária, a segurança é mínima e o futuro incerto - condenados a uma subvida de párias modernos que vegetam em torno da cidade grande. Quando têm sorte, encontram um emprego difícil nas fábricas, nos serviços modestos, da área de Curitiba, sujeitando-se a madrugar para se empilharem nos ônibus que saem das vilas-dormitório e às quais só retornam de noite, deixando os filhos à míngua de bons cuidados de saúde, de escolas escassas, de segurança provisória.

Quem percorrer o entorno da Capital verá essa realidade deprimente: rios poluídos, paisagem comprometida, escassez de perspectivas, furto da esperança.

Pois bem, o empreendimento que ora nos preparamos para aprovar, visa iniciar a correção desse cenário de Terceiro Mundo. Porque após ele, e na certeza do bom governo que será feito por Fernando Henrique como presidente e por Jaime Lerner como Governador, poderemos ter um quadro restaurado, positivo e solidário em favor dos nossos irmãos do Vale do Ribeira.

A Usina Hidrelétrica a construir fica num rio de vale encaixado que não terá uma vasta área alagada - e digo isso porque pessoalmente sobrevoei a região antes de

me comprometer com o projeto - num espaço quase desabitado, situado junto a um trecho não servido por estradas e de acesso difícil.

O impacto sobre o ambiente natural será mínimo e ajustado pelas medidas corretivas já adotadas ou em processo, por parte do empreendedor, de acordo com o Relatório Ambiental apresentado, discutido em duas audiências públicas realizadas nas Cidades de Ribeira (São Paulo), Cerro Azul (Paraná) e em sessão especial do Conselho Estadual do Meio Ambiente de São Paulo e afinal acolhido.

Tais correções giram em torno do plano de ação municipal, programa de emprego, e remanejamento da população rural entre outras. Antes ainda de começar propriamente a obra, a população do Vale já está sendo beneficiada, com a construção de pontes de concreto, readequação de estradas, construção de abatedouros, instalação de canteiros para viveiros de mudas, doações de casas adquiridas na área, estudos para melhoria da lavoura de citros, preservação da memória arqueológica - sob supervisão do destacado professor Igor Chmyz - reassentamento dos moradores em comum acordo com as lideranças rurais e muitas outras.

No caso do emprego o impacto já está repercutindo em toda a região. O programa recomendado pelas autoridades ambientais e apoiado pela comunidade da região prevê o cadastramento da mão-de-obra necessária, a partir dos moradores ou pessoas oriundas do Vale do Ribeira - numa operação de retorno que irá radicar centenas de famílias hoje sem perspectivas. O programa está sendo executado em conjunto com as Prefeituras e órgãos sociais, de modo a beneficiar a comunidade e treinar trabalhadores para uma vida mais moderna e mais enriquecedora.

Esses e outros ajustes para mitigar eventuais impactos prevêem a organização do espaço vizinho - antes devastado por uma exploração agrícola primitiva, típica das queimadas e desmatamentos - em um conjunto de bosques de árvores nativas, destinado a estudos ambientais e à visitação orientada.

Ainda, o lago a ser formado pelo reservatório servirá como via de ligação entre o médio curso do Rio Ribeira e o Alto Ribeira, já nas vizinhanças da antiga Estrada dos Campos Gerais, entre Jaguariá-va, no Paraná e Itararé, São Paulo.

Servirá ainda para a navegação esportiva, a pesca conduzida e sobretudo, como regulador das enchentes que periodicamente devastam o baixo Vale do Ribeira. Essa usina e mais as outras já construídas ou projetadas na Bacia, permitirão que as estradas férteis mas baixas da região de Re-

gistro sejam aproveitadas da mesma forma que os norte-americanos transformaram o Rio Colorado, num celeiro que alimenta milhões de pessoas.

Senhores Deputados.

O projeto é sério, conduzido por empresários cuja seriedade é atestada pelo fato do Grupo Votorantin contar com mais de 45 mil empregados, distribuídos por 49 empresas. Os investimentos na Usina de Tijuco Alto vão superar a casa dos 200 milhões de dólares.

Destes, mais de um milhão serão aplicados nos custos ambientais e sociais - desde a construção do Centro de Pesquisas e Monitoração Ambiental, a ser monitorado pelo Instituto Ambiental do Paraná e Universidade Federal - passando pelo programa de emprego; levantamento arqueológico e similares.

O programa de resgate e manejo da fauna silvestre da região consumirá mais de um milhão de dólares, através de instituições ambientais do Paraná e de São Paulo, para recolher as cobras, morcegos, macacos, pássaros e outras formas de vida.

A faixa de proteção a implantar no contorno do reservatório, com supervisão do IAP, Universidade Federal do Paraná e Universidade de São Paulo, representará mais de 1,7 milhões de dólares.

Os programas de avaliação climática e de estudo de eventuais abalos sísmicos representarão mais 1,2 milhões de dólares, a serem executados pelo IAPAR e Instituto Geofísico da USP.

Tais são alguns dos procedimentos previstos no Plano Básico Ambiental, já preparado pela empresa empreendedora, a partir das recomendações feitas pelos técnicos ambientais quando da aprovação do Relatório de Impacto Ambiental e concessão da licença prévia para a obra.

Eles mostram a seriedade do esforço que ali se realiza, com o pleno apoio das populações diretamente interessadas - e que assinaram moções, compareceram às audiências públicas e voltam a esta Casa de Leis para proclamar sua adesão a um projeto que se estende por mais sete anos, dos quais três nesta Assembléia, visando criar uma fonte de desenvolvimento sustentado no Vale do Ribeira.

Que o impacto ambiental é absorvível não há dúvida. Por termos de comparação, tomemos o caso da Usina de Capivari-Cachoeira, que o Paraná construiu sobre a mesma bacia do Rio Ribeira, mais abaixo. Ela gera 250 mil quilowatts, sendo a de Tijuco prevista para gerar 150, isto é, um terço menor.

Mesmo assim, Capivari-Cachoeira, com seu reservatório, seu túnel rasgando a montanha, sua represa desviando o trajeto de uma rodovia federal da importância da

BR-116, não causou impacto; ao contrário, é um elemento de turismo e estabilização das águas que poderiam causar enchentes vale abaixo.

Da mesma forma Tijuco Alto vai causar ainda menos danos ambientais, por estar situada em região menos habitada - onde o problema não são estradas, edificações, agricultura de escala - e sim, justamente a ausência de todos esses elementos que tornam possível a vida humana.

Alguém disse que a COPEL deveria ser ouvida, para dizer se quer ou não aproveitar o potencial do Rio Ribeira. Mas a COPEL já se manifestou: em reunião do dia 12 de julho de 1994, da Associação dos Municípios do Vale do Ribeira, seu diretor de Distribuição, engenheiro Nilson Nazareno, declarou que a empresa estatal não tinha planos para construir usina no Vale do Ribeira.

Mas a COPEL se dispunha a construir linhões - sistema de distribuição - para aproveitar a energia que a iniciativa privada viesse a construir. Isso está documentado em ata dessa entidade, à disposição da Casa.

Porque, Senhores Deputados, energia elétrica não é produto que se embala em saquinhos, para usar mais adiante. O que ocorrerá é o seguinte: o empreendedor privado vai produzir sua energia, 150 mil quilowatts, e entregá-la ao Sistema Interligado de Transmissão Nacional, coordenado em todo o País pela ELETROBRÁS.

E vai receber igual volume de energia já onde solicitar, no caso, a fábrica da Companhia Brasileira de Alumínio. Mas a energia que foi gerada em Tijuco Alto e entregue à Eletrobrás dentro do sistema nacional, ficará disponível para quem desejar fazer uso dela, comparando as quotas da concessionária local, isto é, da COPEL.

É por isso que a população do Vale do Ribeira sabe que vai ser beneficiada com a energia do Tijuco Alto. Ela vai correr pelos linhões que a COPEL vai construir, será vendida pela concessionária e aproveitada para movimentar fábricas em Cerro Azul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, onde for necessária.

Esse é um dos benefícios diretos do empreendimento. Haverão ainda os "royalties compensatórios", correspondentes a seis por cento do valor do faturamento - fruto de memorável campanha conduzida em nível nacional pelo jornal "Gazeta do Povo", liderado por esse ilustre paranista que é o jornalista Dr. Francisco Cunha Pereira Filho - e que serão distribuídos segundo critério de lei a todos os Estados e Municípios vizinhos; como haverá ainda o crédito pelo ICMS gerado, a ser pago ao município paranaense de Adrianópolis, onde

ficará a casa de força com as máquinas geradoras.

Quando for alterado o artigo 155 da Constituição Federal, que hoje dá imunidade tributária na exportação estadual de energia, os benefícios serão maiores.

Mas tais benefícios estão existindo desde logo, como sabem os prefeitos, vereadores, líderes e moradores da região e que vêm em bloco têm apoiado a iniciativa.

Todos são solidários: Dr. Ulisses, Cerro Azul, Adrianópolis, Tunas do Paraná, porque além de movimentar a economia regional, gerando empregos, impostos e consumo de materiais, a Usina do Tijuco Alto significa a energia que faltava para dar o empuxe ao desenvolvimento sustentado do Vale do Ribeira.

Senhores, se um empreendedor privado, que acredita no Brasil, se dispõe a investir 200 milhões de dólares diretos e outros milhões em esforços indiretos em nosso Estado, devemos acolher esse projeto de braços abertos, fixando, é claro as condições para a contrapartida necessária, em termos de compensação aos municípios, criação de postos de trabalho, realização de obras complementares de infra-estrutura e proteção ambiental.

Mas devemos estar a favor, pela simples e boa razão de que somos favoráveis ao progresso, da mudança para melhores condições de vida para a população.

Estar contra um projeto de energia natural, não poluente, inesgotável, é de colocar contra o progresso; contra a oferta de oportunidade capazes de redimir a dignidade do ser humano pobre que vegeta na região, isso mesmo, "vegeta" à margem de futuro.

Por isso tenho a certeza de que a maioria desta Casa, ao lado da opinião pública esclarecida, formará pela aprovação do projeto de Tijuco Alto.

Muito obrigado.

**O Sr. Colombino Grassano** - V.Exa. permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Estou ouvindo com muita atenção e respeito a apologia que V.Exa. faz sobre a Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto.

Dois fatos me chamaram a atenção, um dos quais procuro resolver através de emenda ao projeto de V.Exa. e de demais Senhores Deputados.

O primeiro seria o da necessidade, da obrigatoriedade de que as indústrias a serem instaladas pelo grupo que irá deter o comando da Hidrelétrica do Tijuco Alto fossem a se instalar em território paranaense, mais precisamente nos municípios atingidos pela barragem.

Em segundo lugar V.Exa. fez menção da possibilidade de essa energia elétrica ser

cedida para terceiros. Ocorre que o Decreto do Sr. José Sarney, do Presidente José Sarney, impede, Sr. Deputado, que essa energia elétrica seja cedida para terceiros.

Então, será exclusivamente para atender ao complexo industrial que será decorrente da construção dessa Usina Hidrelétrica.

Estou atento ao discurso de V.Exa., V.Exa. faz um histórico daquela região que para mim é altamente ilustrativo e cumprimento o brilhante discurso de V.Exa.. Queremos para essa região progresso e desenvolvimento; mas, Sr. Deputado, esse dois detalhes devem ficar bem claros. Seria da alteração do Decreto, da possibilidade de alteração do Decreto do Sr. José Sarney para permitir que outros setores se beneficiem dessa hidrelétrica e em segundo lugar da instalação das respectivas indústrias em território paranaense.

Cumprimento V.Exa. pelo brilhante discurso e pela história com que está fazendo essa região, da sua colonização e da necessidade de se integrar no Paraná desenvolvido.

**O Sr. Cleiton Kielsen** - Deputado Anibal, concede-me...

**O SR. ANIBAL KHURY** - Só queria responder ao Deputado Colombino Grassano.

A emenda do Deputado eu ainda não tenho conhecimento, mas será objeto de estudo.

Quanto ao aproveitamento exclusivo pela firma que vai produzir os 150 mil quilowatts, não falei isso, Deputado. Aqui está escrito que ela seria entregue ao sistema interligado da transmissão nacional, coordenado em todo o País pela ELETROBRÁS. Esta é uma das condições impostas pelo contrato. A construção da hidrelétrica vai também servir a ELETROBRÁS, que fará a distribuição de acordo com a lei.

**O Sr. Cleiton Kielse (Aparte)** - Deputado

Anibal Khury, com muita propriedade o Sr. encaminhou até um discurso que releva a importância da instalação da Usina Tijuco Alto. E nós, ainda lembrando o dia 23 de setembro, onde 38 Deputados assinaram encaminhamento até o nosso Secretário de Meio Ambiente então, Eduardo Requião, requisitando a urgência da Audiência Pública, destinada a avaliação da Usina.

Estivemos no Município de Cerro Azul e contamos até com a presença de um Deputado do PT, o Deputado Ovídio Constantino, que na oportunidade contestou e afirmou que daria apoio a esta Usina. Verificamos todas as possibilidades do embate ecológico e econômico e conseguimos constatar que a

Usina seria providencial, não só no aspecto emergencial, mas futuramente, para toda região do Vale da Ribeira.

Vamos encaminhar, já conversamos hoje pela manhã com o Governador Mário Pereira e segunda-feira teremos uma reunião com o atual Secretário da Fazenda e o atual Presidente da COPEL, aonde houve uma contestação sobre a utilização do Rio Ribeira e até a validade da Usina. Tenho certeza que após esta mostra do seu discurso, a utilidade que teremos com esta Usina que é para o Vale da Ribeira, que se encontra num estado miserável de pobreza e falta de investimento público, teremos, com certeza, afirmação não só da Assembléia Legislativa, dos nossos Pares aqui na Assembléia, mas do Governador Mário Pereira.

Parabenizo seu discurso e reforço ainda mais, como o Sr. também é um dos Deputados mais votados do Vale, a sua presença, não só agora mas desde 1988, quando iniciou este Projeto Tijuco Alto.

Muito obrigado Deputado.

O SR. ANIBAL KHURY - Agradeço ao Deputado Kielse, que também representa a região do Vale da Ribeira com muita impulsividade, porque é jovem, moço e conhece bem os problemas do Vale da Ribeira e deseja que a miséria e a fome sejam eliminadas daquela região.

Mas, Srs. Deputados, antes do início da sessão, o Deputado Tavares conversou comigo que o Governador Mário Pereira estava com informações em seu poder que a Usina traria prejuízos ao Paraná. Acho que o Governador não está bem informado. O próprio Presidente da COPEL, num manifesto, numa carta, ele dá a sua opinião, contraditória as que os técnicos da COPEL já exararam e por isso mesmo duvidosa a carta do Presidente da COPEL.

Mas tenho uma solução para o problema: o adiamento por 20 Sessões desse Projeto. Isso vale dizer que ele vai ser apreciado quando o Jaime Lerner for Governador. E tenho absoluta convicção que o Programa "Paraná, Novos Caminhos", vai adotar o critério esposado pelos Prefeitos e Vereadores daquela região, da construção da Usina Hidrelétrica de Tijuco.

Tenho convicção plena de que no Governo Jaime Lerner esta Usina terá início e vai fazer com que o Vale da Ribeira seja redimido para satisfação dos paranaenses e dos brasileiros.

O requerimento pede adiamento de Discussão e Votação por 20 sessões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Quero comunicar extra-oficialmente para V. Exa. - mas estarei fazendo com ofício - de que, com relação às CPI's desisto do trabalho das CPI's. Foi uma luta ingloria por mais de ano nesta Assembléia.

A última CPI que pedimos juntamente, com a do helicóptero, para apurar irregularidades na compra de selos e remessa de correspondência por parte do Governo, também não prosperou. Senti que houve falta de vontade dentro dessa Casa.

Nesse último final de semana, Sr. Presidente, fiquei analisando todo o processo de sindicância elaborado pelo próprio Governo para acusar o ex-Governador Roberto Requião de desvio de recurso público, atentei para o detalhe de que teríamos que ouvir novamente todo mundo. Foi um processo falho, onde não houve empenho na apuração dos delitos. Os dois principais envolvidos, o Sr. Cláudio Ribeiro e o Sr. Mário Rocha, não foram praticamente questionados, deram depoimento de quatro, cinco linhas numa lauda.

Alguma coisa me fez sentir no ar que foi um grande circo armado para que se pudesse prejudicar politicamente - um pouquinho só - o ex-Governador Roberto Requião. Senti que esse processo que envolve 1.600 páginas que tive o prazer de ler nesse final de semana, não foi algo que quisesse de fato apurar irregularidades, Sr. Presidente, foi simplesmente uma briga política.

Como faltam, simplesmente, oito ou nove dias para se encerrar esse mandato, e não estarei de volta a partir do ano que vem, não quero continuar com esse tipo de trabalho porque acho que não vai prosperar. Desde ontem tenho comunicado os Deputados que já estavam fazendo parte das Comissões que desistiria da idéia, porque fiz promover alguns convites para uma reunião hoje de manhã, mas em virtude desta minha decisão de me afastar desse processo investigatório sugeri aos nobres Parlamentares que suspendêssemos os trabalhos.

Portanto, Sr. Presidente, o Deputado Mário Bezerra, do PTB, autor dos dois pedidos de CPI's, como tantos outros durante três anos que não teve condições de prosperar, desiste lamentavelmente de apurar essas falcaturas do Governo Roberto Requião, por absoluta exiguidade de tempo, e também por acreditar que não teremos condições de elaborar relatório final.

Deixo às mãos dos nobres Parlamentares que comigo se solidarizam, principalmente o Zuk, o Algaci Túlio, que estarão de volta, que fazem parte dessa Comissão, para que no ano que vem cheguem no Jaime Lerner e digam: "Jaime, não é revanchismo, é simplesmente questão de honra para a As-



sembléia Legislativa, que se busque a verdade sobre isso".

Outra sugestão é o Porto de Paranaguá. Busquem a verdade sobre o Porto de Paranaguá. O maior antro de corrupção da história desse Paraná, que foi camuflada pelo Governo que ora está deixando o Palácio Iguaçu.

Então, Sr. Presidente, cumpro o meu papel de Deputado de Oposição e desisto dessas duas Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessutti) -

Diante da manifestação de V. Exa. a Presidência retira a assinatura de V. Exa. no requerimento da Constituição das duas CPI's e junto com a Diretoria Legislativa e assessores da Mesa, iremos analisar se a retirada de Vosso apoio a essas CPI's as mesmas ainda permanecem em condições de continuarem.

Caso o número de assinaturas existentes não permitam a permanência das CPI's, essa Presidência adotará as medidas que o Regimento determina de considerá-las extintas diante da falta de dezoito assinaturas, como exige o Regimento Interno.

Deputado José Tavares com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Incumbiu-me o Senhor Governador Mário Pereira de comunicar à população do nosso Estado, a esta Casa, e especialmente, ao funcionalismo do Paraná a oposição que ele está adotando em relação à mensagem que trata do reajuste do funcionalismo paranaense.

Como é do conhecimento de Vossas Excelências e do conjunto do funcionalismo paranaense, o Governador Mário Pereira que, lá atrás no Governo Álvaro Dias, foi Secretário da Administração e agora como Governador do Estado conhece como ninguém os problemas existentes nas diferentes categorias do funcionalismo, as aberrações, eu diria que as injustiças de anos, e falo também como servidor público deste Estado com mais de vinte e cinco anos de exercício, entendeu que deveria, aproveitando a sua condição excepcional de Governador de todos os paranaenses, tentar encaminhar a esta Casa um projeto que pudessem aproximar-se do ideal dentro da sua visão de ex-Secretário de Administração e, hoje, com a responsabilidade de Chefe do Executivo do nosso Estado.

Esta mensagem que está aqui para análise desta Casa não é uma mensagem pronta e acabada, por isso mesmo ela vem ao Poder Legislativo. Ela pode ser aprimorada, emendada, alterada. Evidentemente que nós, que representamos aqui o Poder Executivo, temos alguns parâmetros dos quais não podemos fugir.

Primeiro: o limite constitucional de

65%.

Segundo: os recursos financeiros disponíveis do Tesouro do Estado para fazer face a essas despesas.

Então, a mensagem está aqui na Casa.

Eu, na sexta-feira, tive a oportunidade de participar de uma reunião com o Secretário de Administração, onde Sua Excelência tornou público a posição do Governo em relação a essa questão.

Hoje venho comunicar à Casa que o Governador Mário Pereira gostaria de ver essa mensagem aprovada. Vamos encetar todos os esforços nessa direção, porque entende Sua Excelência que ela significa um avanço, entende Sua Excelência que ao corrigir distorções de categorias das diferentes secretarias de Estado, ela é uma mensagem justa e ele procurou expressar num projeto aquilo que mais justo ele entendia para o conjunto do funcionalismo com base na receita do próprio Estado.

Mas isso não significa que nós estejamos radicalizando, tanto é verdade que marquei, depois de consultado por inúmeras entidades representativas do funcionalismo, uma reunião, uma conversa para logo mais, depois desta sessão, no Plenarinho, onde vamos ter a oportunidade de ouvir todos os sindicatos, todas as associações e que cada entidade coloque claramente as suas apreensões, as suas preocupações e as suas propostas para, a partir daí, então, decidirmos a respeito dessa questão.

Evidentemente que se houver por parte do conjunto do funcionalismo, uníssona por um aumento linear, o Governo não fugirá de ceder a esse tipo de apelo. Mas o que o Governo vai, evidentemente, ponderar a essas entidades é que elas também terão que assumir a responsabilidade por esse tipo de reivindicação. Porque o Governo, dentro de sua ótica, ele que é o gestor da política de pessoal do Estado, expressou o seu entendimento nesta mensagem que poderá ser aprimorada, alterada, melhorada, mas é esse o entendimento do Governo, tendo em vista a receita e o limite constitucional de 65%.

Agora, ao conjunto do funcionalismo, através de suas representações, evidentemente, que se chegar a um outro entendimento, vai também caber a responsabilidade por essa posição. E, ao final, então, a Casa terá condições plenas de se posicionar a respeito da matéria.

Quero convidar todos os colegas Deputados para este encontro, vai se dar aqui no Plenarinho, se os colegas não puderem, em razão de compromissos já assumidos, pelo menos que cada Bancada, que cada Partido, encaminhe um representante, porque vamos ter uma oportunidade ímpar de ouvir as representações do conjunto do funcionalis-

mo para, a partir daí voltarmos a discutir esta questão com as áreas de Governo encarregadas da matéria e, em seguida, colocaremos a mesma à apreciação deste douto Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Passaremos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 2.125/94, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei, que reajusta os vencimentos básicos mensais dos cargos de Conselheiro, Procurador Geral, Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas e dos Auditores, em dezembro do corrente ano. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados, na qualidade de Titulares e Suplentes, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito de acordo com o disposto no artigo 36, do Regimento Interno, com a finalidade de apurar os fatos de irregularidades administrativas na compra de dois helicópteros, no período do Governo Roberto Requião. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados, na qualidade de Titulares e Suplentes, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito de acordo com o disposto no artigo 36, do Regimento Interno, com a finalidade de apurar os fatos de irregularidades na remessa de correspondência e compra de selos, no período do Governo Roberto Requião. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Esta Presidência registra, com satisfação, a presença entre nós do Deputado Federal Abelardo Lupion.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **A Diretoria Legislativa.**

Por se tratar de matéria de competência da Comissão Executiva, **este projeto será inicialmente encaminhado a ela, ficando nesta tarde recebido como sugestão à Mesa Diretora.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão

e votação para o Projeto de Lei nº 272/94. **Prejudicado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Iensen, constante do expediente, solicitando inversão de pauta da presente sessão para discussão e votação.

Em votação o requerimento. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, **requeiro** verificação de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, **requeiro** chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Caíto Quintana, 1º Secretário, vai proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(**É feita a chamada nominal**)

Vinte e dois Senhores Deputados responderam a chamada.

**Não há quórum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.**

A Presidência solicita aos líderes partidários que ainda não formalizaram a indicação dos seus representantes à Comissão de Revisão à Constituição, que o façam de imediato, para que possamos iniciar os trabalhos em cima de propostas que já tiveram seus prazos abertos.

Os requerimentos, bem como a matéria, ficam transferidos para amanhã.

A Presidência deixou de encerrar a discussão, porque diversos projetos têm requerimento.

Existe requerimento da Bancada do PT pedindo o adiamento desse projeto.

O SR. ANIBAL KHURY - O meu requerimento é preferencial. Vossa Excelência pode encerrar a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O de Vossa Excelência era de preferência de votação, Deputado Anibal.

O SR. ANIBAL KHURY - De discussão e votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente, mas nós não chegamos a votar nenhum dos requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 327/91.

e do Projeto de Resolução nº 001/94



Curitiba, segunda, em 28.11.94

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 325/94.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 272, 302, 335 e 345/94.

e do Projeto de Resolução n° 023/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 407 e 538/93.

do Projeto de Lei Complementar n° 707/93.

dos Projetos de Lei n°s: 760/93, 010, 099, 182, 209, 225, 243, 269, 271, 297, 337, 340, 344, 350, 356, 363, 373, 375, 376 e 377/94.

e dos Projetos de Resolução n°s: 015, 043, 049 e 050/94.

Levanta-se a sessão.

#### Atos da Diretoria Geral

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

PORTARIA N° 0001/94

constituir Comissão Especial, a fim de fazer o levantamento da documentação histórica desta Assembléia remanescente do sinistro ocorrido no edifício da administração no dia 09 de setembro do corrente ano, composta pelos funcionários José Carlos Pereira Portela, Emerentino da Cruz Pacca, Francisco de Assis Pinheiro, Oneide Gumy, Denize da Cruz Ferreira e Walter Kraft, sob a presidência do primeiro.

Gabinete da Diretoria Geral em, 12.09.94.

PORTARIA N° 0013/94

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de Claudio Marques da Silva, funcionário desta Assembléia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, de acordo com o parágrafo 2°, do Art. 35, da Constituição Estadual, o tempo de seis (06) anos e oito meses, período compreendido entre 02 de março de 1973 a novembro de 1979, em que prestou serviços como "Office-boy", a este Poder Legislativo, em convênio com o Centro de Integração "Diya Pereira Gomes".

PORTARIA N° 0014/94

conceder, as férias relativas ao exercício de 1995, aos funcionários abaixo relacionados, todos do Quadro Pessoal da Secretaria desta Assembléia:

de 1° a 30 de janeiro

Acir Villatore - Mat. 364

Ayrton Alves Aranha - Mat. 413

Brigida Lobo Kolarovicz - Mat. 556

Danilo Cerqueira Leite Junior - Mat. 333

Darci Antonio Burdel - Mat. 062

Edilson Carlos de Oliveira - Mat. 557

Eleovan Cezar Ribeiro - Mat. 373

Emerentino da Cruz Pacca - Mat. 496

Ivete Henequen Dranka - Mat. 155

Izair Pereira Flores - Mat. 206

João Caxias Urban - Mat. 408

Joguibe Mansur - Mat. 312

José Antonio Maingue - Mat. 368

José Carlos Pereira Portela - Mat. 574

Francisco Botelho Nêia - Mat. 389

Lidia Muchinski - Mat. 487

Luiz Lima - Mat. 504

Nelson Augusto Araujo - Mat. 501

Nelson Emilio Marques - Mat. 352

Roberto Novaes - Mat. 130

Rogério A. Souza do Nascimento - Mat. 495

Sebastião de Lima Cardoso - Mat. 172

Tabajara Martins - Mat. 073

Valter Antonio Marchiorato - Mat. 366

Wilson Kael - Mat. 436

Celi Eucleia Galiano - Mat. 415

de 1° de fevereiro a 2 de março

Amaury Schimmelpfeng Ramos - Mat. 280

Antonio Lacerda Braga Neto - Mat. 095

Bogdano Karpen - Mat. 307

Cesar Augusto Leoni - Mat. 479

Eldo Gevezier - Mat. 056

Emilio Reinoldo Greber - Mat. 499

Gerson Evangelista Passos - Mat. 336

Gilberto Bittencourt Fontoura - Mat. 450

João Alberti Andretta - Mat. 476

Lelington Lobo Franco - Mat. 421

Lindamir Edil Caran - Mat. 510

Luiz Carlos Gonçalves de Castro - Mat. 592

Marco Aurélio Saldanha Rocha - Mat. 377

Maria Delourdes Santos - Mat. 561

Maria Elisa Rebello Borges - Mat. 606

Marlene de Britto Perrone - Mat. 222

Neusa Alves de Oliveira - Mat. 082

Ricardo Saboia Khury - Mat. 107

Wilson Ramos - Mat. 137

de 1° a 30 de março

Adilson Vicentini - Mat. 110

Agildes de Oliveira Martins - Mat. 355

Carlos Eduardo Jung - Mat. 492

Hilton Ronald Alice - Mat. 044

Juarez de Quadros Gonçalves - Mat. 513

Maria de Lourdes G. Mafra Magalhães -

Mat. 011

Nilton Busatto - Mat. 317

Olga Popovich - Mat. 319

Rosi Maria Bandeira de Assis -

Mat. 053

Vanderlei Noberto Rebelo - Mat. 100

Walmor Marcelino - Mat. 159

de 1º a 30 de abril

Helena Regina Stephan Moro - Mat. 076  
 Ilson Estevão de Almeida - Mat. 045  
 Pedro Alves dos Santos - Mat. 084  
 Sonia Goereti de Oliveira Carvalho - Mat. 058

de 1º a 30 de maio

Aiton Cesar Santin - Mat. 182  
 Doroti Wolkmer Linhares - Mat. 088  
 Inolan Antonio Guiginski de Oliveira - Mat. 123  
 Marco Antonio Marconcini - Mat. 146

de 1º a 30 de junho

Odete Muller - Mat. 016  
 Maria do Rosario Marques - Mat. 064

de 1º a 30 de julho

Alceu Ivo Costacurta - Mat. 040  
 Alvaro Sergio Maravalhas - Mat. 030  
 Angelina Garcia Pacheco - Mat. 183  
 Deonilson Roldo - Mat. 117  
 Edgar Santos Buquera - Mat. 485  
 Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto - Mat. 120  
 Jorge Narozniaki - Mat. 104  
 Luiz Alberto Kuehnbecker - Mat. 066  
 Luiz Broto Neto - Mat. 397  
 Luiz Carlos Caron Grossi - Mat. 464  
 Luiz Fabio Campana - Mat. 121  
 Maria de Loides Bizetto Reque - Mat. 330  
 Paulo de Tarso de Oliveira Abbas - Mat. 403  
 Paulo Henrique de Arruda Gonçalves - Mat. 597  
 Sandra Regina Cantarin - Mat. 118

de 1º a 30 de outubro

Katia Maria Trinkel Brunetti - Mat. 217  
 Nilton Luiz Imthon Bueno - Mat. 166  
 Solon Fontoura Rodrigues - Mat. 407

de 1º a 30 de novembro

Juliane Ferreira Leite - Mat. 607  
 Nanci Terezinha Kotelak Marques - Mat. 029

de 1º a 30 de dezembro

Alberto Savoia Assef - Mat. 147  
 Amarildo Rodrigues de Oliveira - Mat. 209  
 Dimitrya Pirih Maranhão - Mat. 138  
 Dino José Bronze de Almeida - Mat. 494  
 Dulcidio Caldeira Junior - Mat. 042  
 Regina Trinkel - Mat. 185

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.ª LEGISLATURA - 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
 ATA DA 25.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Ernani Pudell, Nelson Garcia, Alceu Swarowski, José Arthur Ritti, João Iensen, Toti Colaço, Paulo Maia, Emilia Belinati e Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia:

- 1) Projeto de Lei nº 353/94 do Deputado Heinz Herwig. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO;
- 2) Projeto de Resolução nº 48/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO;
- 3) Projeto de Lei nº 364/94 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado José Arthur Ritti;
- 4) Projeto de Resolução nº 49/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO;
- 5) Projeto de Lei nº 407/93 do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO;
- 6) Projeto de Lei nº 365/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO;
- 7) Projeto de Lei nº 345/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO;
- 8) Projeto de Lei nº 352/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO;
- 9) Proposição nº 91/94 do Poder Executivo que veta parcialmente o Projeto de Lei nº 308/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO;
- 10) Projeto de Lei nº 228/94 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO;
- 11) Projeto de Lei nº 354/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO;
- 12) Projeto de Lei nº 421/92 do Deputado Alceu Swarowski. Concedido vistas ao Deputado Paulo Maia;
- 13) Projeto de Lei nº 366/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO;
- 14) Projeto de Lei nº 760/93 do Deputado Nelson Garcia - APROVADO;
- 14) Projeto de Lei nº 760/93 do Deputado Eurides Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO;
- 15) Projeto de Lei nº 707/93 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL com Substitutivo, do Deputado Ernani Pudell - APROVADO. Nada mais havendo o tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
 Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

12.ª LEGISLATURA - 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 26.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Arlindo Troian, Paulo Maia, Júlio Bifon, Nelson Garcia, João Iensen, Toti Colaço, Nilton Barbosa, Antônio Costenaro, Alceu Swarowski e Ernani Pudell. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 271/94 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 344/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 327/94 do Deputado Severino Félix. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 376/94, do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 5) Projeto de Lei nº 269/94 do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 371/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 382/94 do Poder Executivo. Concedido vistas ao Deputado Ernani Pudell; 8) Projeto de Lei nº 375/94 do Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 325/94 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 327/91. Parecer FAVORÁVEL à Emenda Substitutiva e CONTRÁRIA à Emenda nº 2, do Deputado João Iensen - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 364/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Ritti - APROVADO; 12) Projeto de Resolução nº 50/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 148/94 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 421/92 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 182/94 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 538/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 209/94 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 10/94 do Deputado Djalma de Almeida César. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José

Arthur Ritti - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 363/94 do Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 377/94 o Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 539/93 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 283/94 do Deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 350/94 do Deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 373/94 do Deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 243/94 do Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 372/94 do Deputado Orlando Pessuti. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO ERNANI PUDELL; 27) Projeto de Lei nº 340/94 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 297/94 do Deputado Carlos Simões. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 356/94 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 594/93 do Deputado Nereu Moura. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO ERNANI PUDELL; 31) Projeto de Lei nº 279/94 do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 55/94 do Deputado Antônio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dalton Machuca - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 383/94 do Poder Executivo. Concedido Vistas ao Deputado PAULO MAIA; 34) Projeto de Lei nº 225/94 do Deputado Lourenço Fregonese. Parecer FAVORÁVEL do Deputado e Presidente Erondy Silvério, onde avocou o mesmo. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 4.<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Toti Colaço, Arlindo Troian, Nilton Barbosa, Alceu Swarowski, Antônio Costenaro Neto, Djalma César, Nelson Garcia, João Iensen. Havendo número

legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando à Ordem do Dia:

1) Projeto de Resolução nº 01/94 do Deputado Edson Lino. Parecer FAVORÁVEL à Emenda, do Deputado João Iensen - APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária